

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL/FCDF

Exercício: 2016

Município: Brasília - DF

Relatório nº: 2017000369

UCI Executora: SFC/DE/CGFAZ - Coordenação-Geral de Auditoria da Área
Fazendária

Análise Gerencial

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço (OS) n.º 201700369, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, **apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.**

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 03/03/2017 a 31/05/2017, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

Este **Relatório de Auditoria Anual de Contas encontra-se** dividido na presente Análise Gerencial, que contém a síntese dos exames efetuados, e nos Achados de Auditoria, que contemplam o detalhamento das análises realizadas.

1. Introdução

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF é um órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantido e organizado pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e está sujeito, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização daquele Tribunal.



O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é uma instituição permanente e essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina. É também força auxiliar e reserva do Exército.

É responsável pela execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, e de atendimento pré-hospitalar, de desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico, prevenção aos incêndios florestais, de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme Lei nº 12.086/2009.

Sua missão é *Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente, e sua Visão de Futuro consiste em Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados em sua área de atuação, por meio da qualificação de seus integrantes, da gestão estratégica da instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica.*

As iniciativas estratégicas que balizaram as ações no ano de 2016 foram:

- 1) Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade;
- 2) Otimizar a gestão estratégica e administrativa da Corporação;
- 3) Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes;
- 4) Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação;
- 5) Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação;
- 6) Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros;
- 7) Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação.

No tocante ao orçamento recebido pelo CBMDF, cabe registrar que é realizado mediante destinação pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado para cumprir o inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, conforme segue:

Art. 21 Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

Com intuito de demonstrar a representatividade dos gastos com Corpo de Bombeiros do DF em relação ao montante do Fundo no exercício de 2016, montou-se a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Despesas empenhadas em 2016 – R\$ 1,00

Unidade	Despesas empenhadas	%
FCDF	12.018.201.127,00	100,00
Corpo de Bombeiros Militar do DF	1.510.941.529,08	12,57

Fonte: SIAFI



Pelos levantamentos realizados no Siafi, o CBMDF empenhou, no exercício de 2016, despesas no montante de R\$ 1,5 bilhão, o que representa apenas 12,57% dos recursos destinados ao FCDF.

Segundo o CBMDF, sua gestão financeira em 2016 teve como uma de suas prioridades o investimento na melhoria das condições de trabalho por meio de aquisições materiais e contratação de serviços de manutenção predial. Os investimentos realizados foram primordiais para o crescimento institucional e aprimoramento dos serviços prestados à população do Distrito Federal.

Informou também que foram realizadas diversas ações de cooperação técnica internacional, objetivando a troca de experiências profissionais, com diversas instituições do mundo, sob vários assuntos, resultando na valorização profissional e no aumento da gama de conhecimento dos militares que participaram das atividades, o que reforçou o crescimento institucional.

Analisando a Tabela 2 de execução a seguir, verifica-se que do total executado 77,18% são despesas com pessoal e apenas 0,72% referem-se a investimentos. Na despesa com pessoal tem-se que o gasto com inativos e pensionistas somam R\$ 500,6 milhões correspondentes a 42,93% do total empenhado em 2016.

Tabela 2 - Execução orçamentária por Grupo de Despesa – 2016 – R\$ 1,00

Grupo Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	AV (%)	DESPESAS LIQUIDADAS	AV (%)	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS	AV (%)	DESPESAS PAGAS	AV (%)
Investimentos	10.877.741,73	0,72	5.268.418,47	0,36	5.609.323,26	9,11	5.268.418,47	0,36
Outras despesas correntes	333.979.847,35	22,10	283.581.035,68	19,57	50.398.811,67	81,81	283.581.035,68	19,57
Pessoal e encargos sociais	1.166.083.940,00	77,18	1.160.487.238,89	80,07	5.596.701,11	9,08	1.160.487.238,89	80,07
Total	1.510.941.529,08	100,00	1.449.336.693,04	100,00	61.604.836,04	100,00	1.449.336.693,04	100,00

Fonte: Siafi

Para o presente trabalho de auditoria, o escopo foi estabelecido em Ata de reunião entre a Secretaria de Controle Externo da Fazenda do Tribunal de Contas da União (Secex Fazenda/TCU) e a Coordenação-Geral de Auditoria da Área Fazendária (CGFAZ), que tratou da definição das estratégias das ações de controle e do escopo da auditoria anual de contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal/Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Nesse sentido o escopo dos trabalhos realizados sobre a gestão da Unidade no exercício de 2016 compreendeu:

- Avaliação dos indicadores de eficácia da gestão para confirmar se estão de fato associados aos produtos pretendidos e se correspondem ao quantum de produtos entregues;



- Avaliação da compatibilidade entre as informações contidas nos relatórios de gestão e aqueles presentes nos sistemas informatizados da Administração Pública Federal utilizados para o monitoramento e controle da gestão pública;
- Avaliação, por amostragem, de contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços para averiguação da entrega efetiva do objeto e do atendimento de cláusulas contratuais (em especial preço, atendimento do prazo de entrega, escopo, atesto, data de pagamento, prestação de garantia);
- Avaliação da gestão de pessoal no tocante ao auxílio-moradia (pagamento dos valores e duplicidade no recebimento por cônjuges);
- Acompanhamento das recomendações da CGU;
- Avaliação dos controles sobre pagamentos pelos serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos.

2. Resultados dos trabalhos

Em acordo com o que estabelece o Anexo II da DN-TCU-154/2016, e em face dos exames realizados, foram efetuadas as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Esta Equipe de Auditoria verificou a conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 (alterada pela IN 72/2013), pela DN-TCU-154/2016, pela DN-TCU-156/2016, pela Portaria-TCU-59/2017 e orientações contidas no Sistema e-Contas.

No que se refere ao Rol de Responsáveis, informa-se que esse se encontra registrado no sistema e-Contas nos termos dos incisos I e II do art. 10 da IN-TCU-63/2010 considerando responsáveis pela gestão os titulares e seus substitutos, não contemplando os dados previstos no inciso IV do art. 11 da IN-TCU-63/2010, pois não há no e-Contas os campos disponíveis para informar sobre atos formais de nomeação, designação ou exoneração.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Verificaram-se fragilidades na gestão de pessoal e patrimonial, que carecem de aprimoramento por parte do CBMDF. As deficiências identificadas pela CGU constam da segunda parte deste Relatório no capítulo Achados de Auditoria e podem ser assim resumidas:

- **Intempestividade no desfazimento de veículos considerados antieconômicos ou inservíveis;**
- **Ausência de procedimentos definidos para cobrança de indenização no caso de desligamento de oficiais, a pedido, dentro do período de carência e ausência de regulamentação para o licenciamento a pedido de praças; e**



- Pagamento indevido de valores de auxílio-moradia a beneficiários cônjuges ou companheiros.

No que se refere à avaliação dos indicadores de desempenho, verificou-se que em 2016 houve estudos internos do CBMDF que promoveram amadurecimento no emprego, e culminou com a publicação de uma nova portaria em 2017, contendo nova versão de indicadores, a serem utilizados a partir do ano em curso, motivo pelo qual deverá ser avaliado em trabalhos futuros.

Com relação aos contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, verificamos, na amostra selecionada, que estão em conformidade legal.

Quanto à manutenção dos veículos, verificamos que o CBMDF dispõe de oficina própria, que, embora esteja sofrendo com a perda de mão de obra especializada para a inatividade, tem conduzido a contento as manutenções. Já com relação aos controles sobre a frota de veículos, foi objeto da Nota de Auditoria nº 2017000369/001, expedida em 01/08/2017, com recomendações pontuais de melhorias.

2.3 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

Quanto à atuação do TCU junto ao CBMDF, não houve acórdãos com determinações para acompanhamento por parte desta CGU no exercício sob análise.

2.4 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Atualmente o acompanhamento das deliberações desta CGU vem sendo realizado pelo sistema “Monitor”, que permite o acompanhamento *on line* das recomendações, já que todas as manifestações e justificativas são cadastradas diretamente pela Unidade.

A seguir apresenta-se o quantitativo atual de recomendações em monitoramento, aguardando implementações por parte do CBMDF, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Acompanhamento de Recomendações

Ação de Controle - OS	Recomendações Atendidas	Recomendações em Monitoramento	Total de Recomendações	% atendimento
201109252	20	1	21	95%
201307825	4	1	5	80%
201406141	0	4	4	0%
201601569	0	4	4	0%

Fonte: Monitor.



2. 5 Ocorrências com dano ou prejuízo

Considerando as análises realizadas pela Equipe de Auditoria, constatou-se o pagamento indevido de valores majorados de auxílio-moradia a bombeiros-militares que apresentavam cônjuges beneficiários do auxílio como dependentes e vice-versa, no que era denominado de dependência recíproca.

Também foi identificada que a excessiva demora no processo de desfazimento de viaturas inservíveis e antieconômicas gerou prejuízos ao Erário em virtude da clara desvalorização ocorrida ao longo de cinco anos do processo, ainda sem finalização.

3. Conclusão

Os resultados sobre a gestão do exercício de 2016 apresentaram-se satisfatórios. No entanto, verificou-se oportunidade de aprimoramento nos controles. Nesse sentido, esta CGU emitiu recomendações orientadas para elidir ou mitigar os fatos constatados, referentes à intempestividade no desfazimento de veículos considerados antieconômicos ou inservíveis, pagamentos indevidos de valores de auxílio-moradia e ausência de procedimentos definidos para cobrança de indenização no caso de desligamento de oficiais, a pedido, dentro do período de carência, bem como ausência de regulamentação para o licenciamento a pedido de praças, objetivando contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho da gestão da Unidade.

Eventuais questões formais que não causaram prejuízo ao erário foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria, e as providências corretivas a serem adotadas foram incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno.

Cabe destacar a participação da alta cúpula do CBMDF na reunião de busca conjunta de soluções com a SFC/CGU, demonstrado interesse nos resultados dos trabalhos deste órgão de controle interno e comprometimento com a melhoria da gestão da organização.

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Dinheiro público é da sua conta



www.portaldatransparencia.gov.br

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Relatório supervisionado por:

Relatório aprovado por:



Achados da Auditoria - nº 2017000369

1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Indicadores de desempenho apresentado em 2016 tiveram estudos que promoveram modificações visando melhorias para 2017

Fato

No Relatório do Gestor foram apresentados 30 indicadores de desempenho, alguns na área finalística e muitos na área meio, que podem ser melhorados. Em 2016 o CBMDF reavaliou os indicadores utilizados, e apresentou novos indicadores a serem seguidos a partir de 2017

Os Indicadores devem ser constituídos de maneira que possam de fato nortear a gestão para melhoria na atuação da Unidade

Da análise do Relatório de Gestão exercício 2016 e da resposta ao item 1 da Solicitação de Auditoria 201700369/001, podemos observar que os indicadores existentes precisavam de melhorias.

Este fato também foi identificado pela Unidade que expediu normativo, modificando-os para o exercício de 2017, reavaliando e extinguindo indicadores que passaram de um total de 30 (trinta) para 19 (dezenove).

2 GESTÃO PATRIMONIAL

2.1 MEIOS DE TRANSPORTES

2.1.1 CONSERVAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTES

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Intempestividade no desfazimento de veículos considerados antieconômicos ou inservíveis

Fato

Com o objetivo de avaliar a gestão da frota de veículos do CBMDF, em especial o processo de aquisição de peças e os serviços de manutenção realizados pelo Centro de Manutenção de Equipamentos e Viaturas – CEMEV, foram realizadas consultas e extrações ao Sistema de Controle de Viaturas – SISCONV e visitas técnicas ao CEMEV e CESMA/DIMAT para confronto de informações.



Na visita ao CEMEV, conforme imagens a seguir, foi verificada a existência de diversas viaturas disponibilizadas para desfazimento em condições precárias de guarda, além de ocuparem um grande espaço.





O gerenciamento de frota no que tange ao desfazimento tempestivo, evita maior sucateamento e perda de valor econômico dos veículos. Uma vez que, a venda em tempo oportuno de veículos inservíveis ou antieconômicos possibilita redução na taxa de depreciação e, por conseguinte, enseja a obtenção de melhores preços.

O CBMDF deu início a um procedimento para leilão em 17/05/2012 (Memo. CEMEV 312/2012) entretanto, até o mês de julho de 2017, a venda dos veículos não foi realizada, ao que o Corpo de Bombeiros apresentou as seguintes justificativas para a demora na realização do procedimento:

“O que foi apurado; no mês de agosto do ano de 2012, a comissão de leilão teve o rol de viaturas para serem leiloadas, mas no início do ano de 2013 houve solicitação de diversos Órgãos do GDF e entidades de outros



estados com solicitação de doação de viaturas, fato que gerou um período maior de tramitação documental com a finalidade de se realizar tal demanda.

- Outro fator de demora foi o processo 053000955/2013, que teve em sua composição a informação de se usar o sistema de credenciamento, em sistema de rodízio, para a escolha do Leiloeiro.

- Segue anexo cópia do Edital e sorteio do Credenciamento n.º 001/2013-SULIC/SEPLANDF, realizado pela então Coordenação de Licitações do Governo do Distrito Federal, para indicação do Sr. ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, matrícula n.º 33-Junta Comercial do DF, como Leiloeiro Público Oficial (0703948).

- Em 2016, foi solicitado a contratação de Leiloeiro por meio de licitação, conforme projeto básico (0889307).

- No presente momento, as 42 viaturas estão aguardando o processo de pagamento dos seguros DPVAT, em fase final de conclusão.”

Em que pese os esclarecimentos apresentados pela unidade não justificam a excessiva demora no processo de desfazimento, que já dura cinco anos, causando maior deterioração nas viaturas, com perda de valor econômico e possível dano aos cofres públicos.

O SISCONV, sistema de controle de viaturas, implementado em 2016 com o objetivo de realizar a gestão da frota veicular do CBMDF representa um avanço, pois, permite a geração de relatórios sobre o uso, abastecimento e manutenção das viaturas. Entretanto, faz-se necessário aperfeiçoamentos, como por exemplo, informação sobre o estado de conservação das viaturas e classificações como operacional e não-operacional, se está inservível ou antieconômica, o que facilita a classificação de viaturas em situação de desfazimento. Esta funcionalidade permitiria o acompanhamento do uso das viaturas por toda a vida útil até o desfazimento, de modo a ter uma base de dados para fins de gerenciamento, inclusive, para estimativas de gastos com manutenção e reposição de frota.

Outras informações que precisam ser aperfeiçoadas, objeto da nota da auditoria 201700391/001 são:

- a) existência de viaturas não registradas no sistema;
- b) existência de viaturas sem identificação de placa;
- c) existência de diversos veículos sem o número de tombamento nos registros do sistema;
- d) ausência de relatório do sistema com classificação do estado de conservação do bem conforme as hipóteses de desfazimento definido na legislação (irrecuperável, antieconômico, recuperável, ocioso, etc);
- e) ausência na alimentação de dados da aba “CEMEV – Custos de Manutenção” do SISCONV, na parte de edição dos “custos de manutenção interna”, não permitindo que no sistema possa detalhar o histórico de manutenção dos veículos;
- f) divergência entre os quantitativos de viaturas registrados no SISCONV (877) e no DENATRAN (769); e
- g) ausência de compatibilização dos registros do SISCONV com os registros do DETRAN/DENATRAN/SIGEPAT-GDF;



Dessa forma, para o adequado gerenciamento da frota veicular do CBMDF faz-se necessário o aperfeiçoamento do SISCONV para que o sistema permita mitigar a possibilidade de intempestividade nos processos de desfazimento, reduzindo as perdas patrimoniais decorrentes da morosidade processual, além disso, o aproveitamento do potencial de benefícios ainda existente nesses ativos para geração de recursos que possam ser utilizados no processo de renovação da frota da unidade.

Causa

Desconhecimento dos procedimentos atinentes ao desfazimento de bens; Documentação desatualizada das viaturas e Intempestividade na liquidação de multas de trânsito.

Manifestação da Unidade

Conforme Ofício SEI-GDF n.º 1356/2017 - CBMDF/GABCG, de 31/08/2017, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) apresentou as justificativas abaixo:

A Corporação tem realizado todos os esforços necessários, legais e possíveis para a resolução do caso.

Nesse sentido, com referência ao Processo n.º 0053-001996/2012, cujo objeto é a realização do leilão de viaturas do CBMDF, o referido Ofício da CGU indicou 03 (três) causas possíveis para a intempestividade no desfazimento dos veículos, a saber:

- 1) Desconhecimento dos procedimentos atinentes ao desfazimento de bens;*
- 2) Documentação desatualizada;*
- 3) intempestividade na liquidação de multas de trânsito.*

Com relação às duas primeiras possíveis causas (1 e 2), o CBMDF constituiu uma nova comissão especializada (conforme publicado no BG n.º 166, de 20 de junho de 2017), a fim de dar cabo às variadas demandas requeridas para a solução do objeto. Há que se ponderar, entretanto, que esta contratação específica padecerá de contingências desfavoráveis, no sentido de que outros processos/procedimentos necessários à tramitação dos autos mitigaram o sucesso do certame. Ora, uma licitação, na modalidade leilão, para o desfazimento de viaturas do CBMDF, as quais (em sua maioria) constituem-se de veículos com características e funções peculiares, torna tal processo licitatório incomum e distinto, em comparação a outros leilões ordinários. Pela especificidade e características próprias de veículos específicos contidas no processo, é normal que se adquira uma tramitação especial que exige maiores cuidados e melhor trato. Ademais, é sabido que veículos submetidos a leilão público devem estar regularizados em sua documentação relativa aos órgãos de trânsito. A Comissão de Leilão, nesse sentido, tem produzido diversos expedientes (1925309; 1924956; 1866468) e realizado variadas diligências, visando à regularização dos veículos. Ademais, o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é ação preliminar à regularização da documentação dos veículos e, por conseguinte, ao procedimento deste leilão. Itera-se, novamente, que fatos contingentes obstaculizaram o pagamento desse seguro, em que os autos foram remetidos à PGDF, a fim de pronunciamento e manifestação, quanto ao parecer normativo (vide processo 053-00024004/2017-79, 1515574, recebido na PGDF em 07/07/2017 pela usuária Márcia Sepulveda).



No que tange à causa 3, reitera-se que a Comissão de Leilão proveu todas as medidas necessárias para a liquidação das multas, conforme processos 00053-00059355/2017-09; 00053-00059361/2017-58; 00053-00059366/2017-81; 00053-00047391/2017-11; 00053-00045821/2017-61, aguardando a manifestação de órgãos externos sobre a resolução da questão. Informa-se que tais órgãos externos estabeleceram prazos para a retirada das multas do histórico das respectivas viaturas, fato este exógeno às competências do CBMDF. Outro fato correlacionado à questão das multas é a transferência de propriedade de veículos, no que se refere ao gravame (Certificado de Registro de Veículo) do DETRAN/DF. Sobre essa questão, a Comissão de Leilão também tem promovido ações para dirimir essas pendências (processos 00053-00048550/2017-03; 00053-00057729/2017-43). Além disso, não se pode afastar a possibilidade de haver novas multas, tendo em vista que, das multas existentes, algumas foram indevidamente imputadas ao CBMDF (há caso de infração lavrada em 2017; sendo que o veículo já estava estacionado e destinado ao leilão).

Deduz-se, pela exposição dos motivos, que a própria complexidade deste leilão contribuiu para o embaraço da tramitação processual, tendo como consequência a dilatação temporal. Não obstante, todas as medidas para a efetivação do leilão estão em andamento.

A CGU, no ofício supracitado, indicou as seguintes recomendações ao CBMDF:

Recomendação 1: Finalizar o processo de leilão 2012;

Recomendação 2: Iniciar novo processo de leilão, bem como estabelecer prazo para novo leiloeiro;

Recomendação 3: Levantar os prejuízos decorrentes da desvalorização dos veículos;

Recomendação 4: Adequação do sistema SISCONV.

Com relação à Recomendação 1, a Comissão de Leilão está trabalhando para a conclusão do feito, conforme documentação citada acima (links). Nesse quesito, aguarda-se apenas a assinatura do contrato com o leiloeiro, o decurso dos prazos estabelecidos pelos órgãos de trânsito (para a retirada das multas) e o pagamento do DPVAT; todos em vias de finalização.

Sobre a Recomendação 2, o CBMDF iniciou processo para a realização do certame, procurando solucionar, preliminarmente, diligências relativas a pendências nos veículos (1949498; 1924372; 1925364).

No que tange à Recomendação 3, sabe-se que em quaisquer processos de leilão é-se possível estimar, objetivamente, apenas o valor do bem para o lance inicial. O valor do bem leiloadado (valor final do bem) somente será disponibilizado após a realização do feito (conclusão do leilão).

Nesse sentido, é possível que ocorra, por exemplo, que um certo bem b1 seja leiloadado com estimada valorização ou não - fato este independente do decurso temporal, idade ou estado do bem; em razão de fatores subjetivos e/ou circunstanciais que porventura ocorram.

Referente à Recomendação 4, o CEMEV tem promovido juntamente com a Diretoria de Tecnologia a atualização do respectivo sistema (00053-00040841/2017-45).



Por fim, é salutar informar que há viaturas fotografadas (conforme ofício da CGU) que estão destinadas ao Museu do CBMDF. Tais viaturas não serão objeto de leilão.

Análise de Controle Interno

A unidade em sua manifestação concorda com os apontamentos apresentados por esta equipe de auditoria, exceção feita à recomendação 3. Não obstante a unidade argumentar que a valorização do bem destinado a leilão independe do decurso temporal, entendemos que essa tempestividade tem maior potencial para obtenção de melhores valores nos bens leiloados, motivo pelo qual mantemos as recomendações. Cabe acrescentar que, de forma proativa, o CBMDF apresentou, para as demais recomendações, ações já implementadas e outras já em andamento para viabilizar a solução dos problemas apontados.

Recomendações:

Recomendação 1: Finalizar o processo de leilão já iniciado em 2012, considerando a proximidade do prazo de validade do credenciamento dos leiloeiros

Recomendação 2: Iniciar o próximo processo para desfazimento dos bens já relacionados como inservíveis/antieconômicos disponíveis para leilão, considerando a eliminação dos entraves internos que impedem maior celeridade do processo, bem como o prazo definido para a escolha do leiloeiro.

Recomendação 3: Efetuar o levantamento dos prejuízos decorrentes da desvalorização das viaturas em função da excessiva demora na conclusão do processo de desfazimento.

Recomendação 4: Adequar o SISCONV para o controle de documentação das viaturas e identificação do status operacional com a informação sobre o estado de conservação das viaturas e classificações como operacional e não-operacional, se está inservível ou antieconômica.

3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

3.1.1 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de procedimentos definidos para cobrança de indenização no caso de desligamento de oficiais, a pedido, dentro do período de carência e ausência de regulamentação para o licenciamento a pedido de praças.

Fato

A demissão e o licenciamento a pedido para oficiais e praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) são disciplinados pela Lei nº 7.479/86 que prevê cobrança de indenização, para oficiais, caso não seja cumprido o tempo mínimo determinado, e faz menção a uma regulamentação específica por parte do Comandante-Geral do órgão, para que os praças possam se licenciar a pedido.



Sobre a demissão a pedido de oficiais:

Art. 104. A demissão do Corpo de Bombeiros, aplicada exclusivamente aos oficiais, efetuar-se-á:

I - a pedido; e

II - ex officio.

Art. 105. A demissão, a pedido, será concedida mediante requerimento do interessado:

I - sem indenização aos cofres públicos, quando contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato no Corpo de Bombeiros, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo; e

II - com indenização das despesas relativas à sua preparação e formação, quando contar menos de 5 (cinco) anos de oficialato no Corpo de Bombeiros.

Art. 106. O oficial da ativa que passar a exercer cargo ou emprego público permanente estranho à sua carreira, cuja função não seja de magistério, será demitido ex officio e transferido para a reserva, sem direito a qualquer remuneração ou indenização, sendo a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar....

A respeito do licenciamento das praças, a Lei cita que o licenciamento a pedido será disciplinado pelo Comandante-Geral da corporação, conforme segue:

Art. 110. O licenciamento do serviço ativo, aplicado somente às praças, efetuar-se-á:

I - a pedido; e

II - ex officio.

§ 1º O licenciamento a pedido poderá ser concedido às praças de acordo com as normas baixadas pelo Comandante-Geral.

§ 2º O licenciamento ex officio será aplicado às praças:

a) por conveniência do serviço;

b) a bem da disciplina; e

c) por conclusão de tempo de serviço.

§ 3º O bombeiro-militar licenciado não tem direito a qualquer remuneração e terá a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar.

§ 4º O bombeiro-militar licenciado ex officio, a bem da disciplina, receberá o certificado de isenção do serviço militar, previsto na Lei do Serviço Militar.

Com o intuito de avaliar a cobrança das indenizações, esta equipe de auditoria solicitou ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) a lista nominal das demissões e licenciamentos a pedido, e o cálculo do custo por aluno utilizado. Em resposta, a Unidade enviou o Memorando 70/2017/CBMDF/DIOFI/SAOFI/SSCONT, contendo o que segue:

... em primeira análise, informamos que não se tem conhecimento de ressarcimentos recebidos pela corporação. Com relação ao item 14, declara-se que também não se tem ciência de quais parâmetros a

Corporação utiliza. No âmbito da DIOFI, não há nenhum protocolo a respeito. Posto isso, em se consubstanciando que a Corporação não apresenta os referidos parâmetros, sugerimos que seja montada uma comissão especial com membros da DIGEP e DIREN para o trabalho. Posto isso, que a mesma comissão averigue os valores perquiridos dos últimos 5 anos, atendendo ao item 15. Como sugestão final, que seja construído normativo para definição dos parâmetros para definir valores a serem ressarcidos e os procedimentos necessários ao recolhimento dos valores. A título de exemplo, os procedimentos para garantir o ressarcimento dos militares cedidos a outros órgãos do GDF é efetuado pela DIGEP, ficando a cargo da DIOFI os ajustes contábeis e orçamentários necessários.

Além da resposta acima, o CBMDF encaminhou a Informação 33/2017/CBMDF/AUDIT/SACOF, ressaltando a não obrigação de indenização no caso dos praças, e informou ser remota a demissão a pedido, já que a maioria dos casos se dá nos termos do artigo 106 (exercer cargo ou emprego público) quando a demissão é *ex officio*, conforme abaixo transcrito:

Ao se analisar tais parâmetros legais, sem prejuízo de outras disposições regulamentares que eventualmente possa haver, pode-se concluir que para os praças, baseado tão somente na supracitada lei, não há a necessidade de se ressarcir (ressalta-se que o DEALF e DERHU podem apresentar entendimento diferente, baseado em outros normativos). De outro lado, para os oficiais, deve-se diferenciar os casos em que haja a demissão a pedido ou ex officio. Caso o militar incorra no artigo 106 da Lei 7.479/86 será demitido ex officio (por exemplo, no caso de posse em outro cargo público incompatível). Nestes casos, o militar não deverá ressarcir os cofres públicos, tendo em vista a falta de previsão legal, vale dizer, não haverá incidência do art. 105, inciso II, da Lei 7.479/86, pois houve demissão ex officio e não a pedido. De outro lado, caso haja a demissão a pedido (por exemplo, militar que se demite para mudar de país ou para exercer a vida de empresário), o que difere da hipótese acima, deverá haver o ressarcimento, com fulcro no artigo 105, inciso II, da Lei 7.479/86. Ressalta-se que o Aspirante-a-oficial, caso se desligue a pedido ou ex officio, será enquadrado na regra dos praças, tendo em vista que é praça especial e não oficial. Assim, não há ressarcimento para Aspirantes.

(...)

É de entendimento desta Auditoria (por óbvio, sem se basear no número de pessoas que saíram do CBMDF, que deverá ser produzido pelo DERHU), entende que haverá poucos casos em que haverá necessidade de se ressarcir, pois para os praças (que são a maioria nas fileiras do CBMDF) não há ressarcimento, já para oficiais a grande maioria incorre na demissão ex officio (sem ressarcimento), poucos incorrerão na demissão a pedido.

Apesar da Lei nº 7.479/86, Estatuto do Corpo de Bombeiros Militar do DF, trazer que não há obrigação de indenizar no caso de posse em outro cargo público incompatível,



entende-se que o regramento necessita de atualização, uma vez que a Lei nº 6.680/80 (Estatuto dos Militares) tem nova redação dada pela Lei nº 9.297/1996 sobre esse assunto:

Art. 116 A demissão a pedido será concedida mediante requerimento do interessado:

I - sem indenização aos cofres públicos, quando contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo; e

II - com indenização das despesas feitas pela União, com a sua preparação e formação, quando contar menos de 5 (cinco) anos de oficialato.

...

Art. 117. O oficial da ativa que passar a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente demitido ex officio e transferido para a reserva não remunerada, onde ingressará com o posto que possuía na ativa e com as obrigações estabelecidas na legislação do serviço militar, obedecidos os preceitos do art. 116 no que se refere às indenizações.

Logo, entende-se que uma revisão do Estatuto do CBMDF faz-se necessária para prever indenização no caso de posse em cargo ou emprego público inacumulável.

Assim como, embora o Estatuto do Corpo de Bombeiros não discipline acerca do dever de indenização para praças/praças especiais, existe entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança- RMS 27.072 a respeito de cabimento de indenização para aspirantes a militar da Marinha do Brasil de que assim como os oficiais, os aspirantes, também, têm obrigação de indenizar, conforme abaixo transcrito:

Mandado de segurança. Preliminar de incompetência. Desacolhimento. Militares. Praças Especiais. Demissão a pedido logo após a conclusão da Escola Naval. Indenização. Cabimento.

2. O dever de indenizar as despesas do Estado com a preparação e a formação dos oficiais, tanto quanto as despesas dos curso que fizeram no país ou no exterior, é indubitoso, à luz, sobretudo, da letra do artigo 116, inciso II e parágrafo 1º do Estatuto dos Militares, fazendo a lei os militares sujeitos do dever de indenizar que, de resto, positiva autêntico imperativo ético, ante a renúncia a uma vocação pressuposta nos que aspiram ao oficialato nas Forças Armadas e galgam os degraus da ascensão às Escolas Militares. 3. Certamente equiparados aos Oficiais no curto espaço de tempo entre a conclusão do Ciclo Pós-Escolar dos Cursos de Graduação da Escola Naval e a nomeação como Segundos Tenentes, aos Praças Especiais aplica-se a disciplina da indenização desinfluyente a questão terminológica do licenciamento ou demissão.

(RMS 27.072 Rel. Min. Marco Aurélio).

Dessa forma, faz-se necessário estudos para elaboração de planilha de custos que subsidiem a cobrança nos casos devidos, e a elaboração de norma que discipline como será o licenciamento, a pedido, das praças, pois da maneira atual, eles sequer poderiam



ser licenciados, devido ao *vacatio legis* no arcabouço legal, que deve ser disciplinada pelo CBMDF.

Não obstante a unidade não apresentar a lista de militares que solicitaram desligamento da corporação, conforme consta da Solicitação de Auditoria, destacamos que o Memorando 70/2017 do CBMDF sugere a formação de comissão especial para desenvolvimento dos procedimentos necessários para adequação da cobrança. Assim, verifica-se que a unidade informou providências a serem adotadas, o que necessita de acompanhamento até o deslinde da questão, a fim de evitar prejuízo ao erário.

Causa

Ausência de rotina de cobrança de valores a serem ressarcidos por oficiais em caso de desligamento antes do prazo de carência; *Vacatio legis* no arcabouço legal para indenização por parte das praças; Ausência de definição de custos dos cursos;

Manifestação da Unidade

Conforme Ofício SEI-GDF n.º 1356/2017 - CBMDF/GABCG, de 31/08/2017, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) apresentou as justificativas abaixo:

“Considerando a existência de outras constatações realizadas em sede do relatório Preliminar de Auditoria Anual de Contas, as quais se enquadram no âmbito de atribuições desta Diretoria de Pessoal (ausência de procedimentos definidos para cobrança de indenização no caso de desligamento de oficiais, a pedido, dentro do período de carência e ausência de regulamentação para o licenciamento a pedido de praças), apresento a Vossa Senhoria as seguintes ponderações:

Recomendação 1:

Dar continuidade aos estudos iniciados para definição dos critérios de cobrança de indenizações e elaboração de custos dos cursos de formação, bem como elaboração de normativos internos para a exclusão de praças, a pedido, com o devido ressarcimento dos custos incorridos com formação, a exemplo dos oficiais; Aprove normativos para disciplinar os ressarcimentos devidos.

Recomendação 2:

Providencie alteração no Estatuto do Corpo de Bombeiros Militar para que em caso de posse em outro cargo inacumulável a demissão ex officio seja com devidas indenizações como dispõe o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80).

Tendo em vista o teor das recomendações realizadas pela equipe de auditoria em sede do presente item, cabe-nos informar que estão em andamento os trâmites voltados à instituição de comissão especial para estudo da matéria, com vistas a apresentar ao Sr. Governador do Distrito Federal proposta de alteração da Lei 7.479, de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do DF), para disciplinar a elaboração de custos dos cursos de formação, ressarcimento aos cofres públicos das despesas provenientes da preparação com os cursos de formação e especialização dos oficiais demitidos “ex officio”, em caso de posse em outro cargo público inacumulável.



Para tanto, observar-se-á a Competência da União prevista no art. 21, inciso XIV, da Constituição da República.

No âmbito da mencionada comissão, pretende-se, também, dar continuidade aos estudos traçados para a edição de normativa administrativa voltada ao processamento do licenciamento a pedido das praças do CBMDF, em complemento ao Decreto nº 7.338, de 29 de dezembro de 1982, o qual dispõe sobre a inclusão, compromisso de tempo, desligamento e situações especiais das praças da ativa do corpo de bombeiros do distrito federal, procedimento que visa a atender o previsto na Recomendação 1.

Segue anexo o ato de designação da comissão para definir os procedimentos referentes a tais recomendações.

Recomendação 3:

Apurar valores devidos e ainda não prescritos, a fim de efetuar cobrança dos ressarcimentos.

O instituto da demissão do Corpo de Bombeiros (hipótese de exclusão do serviço ativo), prevista no art. 104, incisos I e II da Lei nº 7.479/1986, é aplicado exclusivamente aos oficiais da Corporação, podendo ocorrer a pedido e também ex officio.

Na hipótese de demissão a pedido, a norma de regência estipula expressamente o dever de indenizar os cofres públicos, no tocante às despesas ocorridas com a preparação e formação do oficial que contar com menos de 5 (cinco) anos de oficialato na Corporação, nos termos do art. 105, II e § 1º, ambos da Lei nº 7.479/1986.

Nesse aspecto, cumpre mencionar, conforme apurado junto ao setorial responsável pelo controle dos dados (Seção de Movimentação de pessoal), que, nos últimos cinco anos (prazo prescricional), não há registro de oficiais que tenham incidido na hipótese específica prevista no art. 105, II, da Lei nº 7.479/1986.

Em relação às hipóteses de licenciamento de praça a pedido, cumpre mencionar que a apuração e cobrança dos valores a serem ressarcidos dar-se-ão em conformidade com as alterações legislativas e normativas internas propostas e com os estudos e resultados formulados pelas comissões instituídas para o atendimento das demais providências.

Desse modo, o CBMDF objetiva o integral acatamento das Recomendações emanadas do Órgão de controle, por meio das devidas alterações legislativas, implementação de normativas interna, após a regular conclusão de estudos dos Órgãos Setoriais e por comissões especiais.

Análise de Controle Interno

O CBMDF na manifestação acima concorda com os apontamentos apresentados pela equipe de auditoria, enfatizando que objetiva o integral acatamento das recomendações emanadas do órgão de controle, e de forma proativa apresenta ações já implementadas e outras já em andamento para viabilizar a solução dos problemas apontados. Desta forma, seguem recomendações para acompanhamento de sua implementação.



Recomendações:

Recomendação 1: Dar continuidade aos estudos iniciados para definição dos critérios de cobrança de indenizações e elaboração de custos dos cursos de formação, bem como elaborar normativos internos para o licenciamento de praças, a pedido e os ressarcimentos devidos.

Recomendação 2: Providenciar alteração no Estatuto do Corpo de Bombeiros Militar para que em caso de posse em outro cargo inacumulável a demissão *ex officio* seja com a devida indenização, como dispõe o Estatuto do Militares (Lei nº 6.880/80).

3.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Pagamento indevido de valores de auxílio-moradia a beneficiários cônjuges ou companheiros.

Fato

A Lei nº 10.486/2002 estabelece que o auxílio-moradia é o direito pecuniário mensal devido ao militar, na ativa e na inatividade, para auxiliar nas despesas com habitação para si e seus dependentes. A norma estabelece dois parâmetros de valor: *com dependente* e *sem dependente*.

O pagamento de auxílio-moradia pelo *valor sem dependente* ocorre ao militar por condição intrínseca à posse do cargo, e, a ambos militares casados entre si ou conviventes em união estável quando não houver dependência prevista em lei.

O pagamento do auxílio-moradia pelo valor *com dependente* (valor majorado) deve ocorrer ao militar que possua dependência prevista em lei, ou no caso de militares casados entre si ou conviventes em união estável, havendo dependentes em comum, somente a um dos cônjuges.

Os respectivos cônjuges não podem ser considerados como dependente um do outro para fins de majoração dos valores de seus respectivos auxílios, não havendo, portanto, que falar de dependência recíproca.

Com o intuito de avaliar o pagamento do auxílio-moradia a militares que tenham como dependentes outros militares do próprio CBMDF ou da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, foram realizados cruzamentos de dados de consultas extraídas dos registros do SIAPE e SIAFI, que evidenciaram casos onde ambos os cônjuges/companheiros receberam em 2016 o valor "militar com dependente" (valor majorado) do Auxílio-Moradia. Nesse sentido, foi apresentada planilha com o resultado desse trabalho à Unidade Auditada, com o objetivo de que essa se manifestasse sobre se tais casos poderiam caracterizar a chamada dependência recíproca.

Sobre a questão, o CBMDF inicialmente manifestou-se sobre a regularidade dos pagamentos com base no §3º do Artigo 3º da IN CBMDF 2/2014, que traz o conceito de dependência recíproca entre os cônjuges/companheiros.



Instado a apresentar parecer jurídico que embasasse o procedimento, tendo em vista que a referida instrução normativa ampliava a relação de dependência disposta na Lei Federal nº 10.486/2002, o CBMDF fez consulta à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, que se pronunciou por meio do Parecer nº 0705/2016-PRCON/PGDF:

“22. De logo, há de se registrar que uma portaria da PMDF ou uma instrução normativa do CBMDF não podem suprir eventuais lacunas ou mesmo explicitar situações supostamente nebulosas contidas em determinada lei.

23. É que a Constituição Federal outorgou à Chefia do Executivo o poder regulamentar (art. 84. IV)'. Assim, atos que pretendam regulamentar uma lei e que não sejam da autoria do Chefe do Poder Executivo são manifestamente ilegais, não ostentando mínima eficácia, máxime para assegurar direitos.

28. Especificamente em relação à concessão do auxílio-moradia nos casos em que os militares (a) são cônjuges entre si. (b) vivam em união estável, ou (c) possuam filhos em comum, parece-nos que a PGDF, ao exarar o Parecer 1.638/2010-PROPES/PG, PGDF, ofereceu correta compreensão sobre o tema (...)”

E após citação do referido documento conclui, em concordância com o parecer exarado em 2010 que:

- “...
(a) a concessão do auxílio-moradia não depende de eventual regulamentação pela Chefia do Executivo, devendo ser considerado dependente apenas as pessoas arroladas como tal na Lei 10.486/2002(art. 34, I, a, b e c, II e III);
(b) o militar que convive com outro militar, em razão de casamento ou união estável, possui direito próprio, ínsito à investidura no cargo militar, de perceber auxílio-moradia. A coabitação não impede a percepção do benefício, em separado, por cada cônjuge ou convivente militar, não havendo se falar, para fins de sua concessão, em dependência recíproca;
(c) a existência de filhos em comum não enseja a percepção do auxílio-moradia em valor majorado por ambos os militares. Vivendo sob o mesmo teto junto à sua prole, apenas um dos militares fará jus ao benefício em valor majorado: e
(d) na hipótese de guarda compartilhada, os militares que antes se vinculavam pelo casamento ou pela união estável, possuem, cada qual, direito ao auxílio-moradia em valor majorado, eis que, por diretriz constitucional, cumpre assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar.”

Assim, os militares casados entre si ou conviventes em união estável podem receber o auxílio-moradia em dois casos: ambos recebem o valor sem dependentes, não havendo



que falar em dependência recíproca; ou, havendo filhos em comum, apenas um receberá o valor com dependentes.

O Ofício nº 1049/2016-GAB/PGDF ao encaminhar o Parecer nº 705/2016-PRCON/PGDF, alerta à corporação:

“Diante do exposto, alerta-se o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal acerca da necessidade de adequar o pagamento de todos os auxílios-moradia feitos em desacordo com o entendimento consolidado, assegurando-se aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa. Além disso, destaco como imprescindíveis as justificativas para eventual inércia até então, tendo em vista que o mesmo entendimento já lhes tinha sido dirigido por meio do Parecer nº 1.638/2010-PROPES/PGDF.”

Como efeito deste procedimento adotado pela Corporação tem-se o pagamento em duplicidade por dependente, com utilização de recursos da Unidade com despesas não amparadas por lei com impacto negativo no equilíbrio financeiro.

Causa

Interpretação indevida, por extrapolação, dada pela IN CBMDF nº 2, de 12/09/2014, quando estabeleceu a regra de interdependência entre cônjuges/companheiros na concessão de benefícios aos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, ampliando o disposto na Lei Federal nº 10.486/2002 no que tange à concessão do Auxílio-Moradia. Aplicação da legislação de forma equivocada.

Manifestação da Unidade

Conforme Ofício SEI-GDF n.º 1356/2017 - CBMDF/GABCG, de 31/08/2017, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) apresentou as justificativas abaixo:

De início, não pode ser olvidado a característica sui generis que possui o militar, em especial, o militar integrante desta jurisdicionada.

As legislações aplicadas a outros órgãos são enfáticas em afirmar a proibição da possibilidade de dependência recíproca entre cônjuges.

Diferente é a legislação aplicada ao CBMDF.

A relação de dependência para este órgão é regulada por meio da Lei 7.479/86 em seu art. 51, vejamos um excerto: "§ 2º São considerados dependentes do bombeiro-militar: a) a esposa".

Assevere-se que, quando o texto normativo foi escrito não havia o corpo feminino nas fileiras da corporação, motivo pelo qual a leitura deve ser atualizada para esposa ou esposo.

Nesse passo, a lei não estabelece categorias de cônjuges, não faz distinção, não faz limitação.



O Bombeiro Militar tem o direito de incluir no seu rol de dependentes a sua esposa, bem como a bombeira militar tem o direito de incluir, no seu rol de dependentes, seu esposo. Cada um a direito próprio.

A lei, não parece dar azo a interpretações, a retirada de direitos, a restrições, mas sim indica o respeito ao princípio da legalidade estrita, princípio tão caro à Administração Pública.

Contudo, ao tomar conhecimento do Ofício nº 1049/2016 – GAB/PGDF (protocolado em 25 de out. 2016), cujo teor versava sobre a aprovação do Parecer nº 705/2016 – PRCON/PGDF, relativo ao posicionamento da d. PGDF no tocante ao conceito de dependência econômica entre militares para fins pagamento do auxílio-moradia, o Comando desta Corporação, em busca do acatamento das orientações, proferiu o Despacho nº 23/2016 – ASJUR/Cmt-Geral (na data de 14 de nov. 2016), nos seguintes termos:

Despacho nº 023/2016 - ASJUR/Cmt-Geral

Assunto: Auxílio Moradia para militares com Dependência Recíproca e filhos em comum.

Interessado: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

Considerando a instrução do Processo SEI nº 053-080782/2016, o qual versa sobre a aplicação do Parecer nº 705/2016 PRCON/PGDF;

Considerando o teor do Parecer nº 705/2016 PRCON/PGDF, o qual possui a seguinte ementa:

AUXÍLIO-MORADIA. PARCELA PECUNIÁRIA DESTINADA AO CUSTEIO DE DESPESAS COM HABITAÇÃO DOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES. CONTROVÉRSIA ALUSIVA À OUTORGA DO BENEFÍCIO NAS HIPÓTESES EM QUE OS MILITARES SEJAM CÔNJUGES ENTRE SI, VIVAM EM UNIÃO ESTÁVEL OU TENHAM PROLE EM COMUM. I - O militar que convive com outro militar, em razão de casamento ou união estável, possui direito próprio, ínsito à investidura no cargo militar, de perceber auxílio-moradia. A coabitação não impede a percepção do benefício, em separado, por cada cônjuge ou convivente militar, não havendo se falar, para fins de sua concessão, em dependência recíproca. II- A existência de filhos em comum não enseja a percepção do auxílio-moradia em valor majorado por ambos os militares. Vivendo sob o mesmo teto junto à sua prole, apenas um dos militares fará jus ao benefício em valor majorado. III- Na hipótese de guarda compartilhada, os militares que antes se vinculavam pelo casamento ou pela união estável, possuem, cada qual, direito ao auxílio-moradia em valor majorado, eis que, por diretriz constitucional, cumpre assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar.

Considerando que o Comando desta Corporação sempre busca acatar in totum as orientações da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Considerando que a orientação exposta no Parecer nº 705/2016 - PRCON/PGDF diverge do estabelecido na Instrução Normativa nº 02/2014, publicada no BG nº 169 de 15 de setembro de 2014, determino:

1) à Diretoria de Gestão de Pessoal – DIGEP e a Diretoria de Inativos e Pensionistas - DINAP que ad cautelam:

- Passem a seguir as orientações emanadas no Parecer nº 705/2016 PRCON/PGDF para a inclusão de novos dependentes no CBMDF;

- Insturem processos administrativos específicos para cada militar que venha recebendo o auxílio moradia em desconformidade com a orientação emanada no Parecer nº 705/2016 – PRCON/PGDF;



- Notifiquem todos os militares interessados sobre a nova interpretação acerca do instituto, bem como para que apresentem defesa caso sintam-se prejudicados.

2) à Assessoria Jurídica - ASJUR:

- Que verifique a necessidade/viabilidade de revogação/alteração da Instrução Normativa n.º 02/2014, publicada no BG n.º 169/2014, tendo em vista a manifestação exposta no Parecer n.º 705/2016 – PRCON/PGDF. (BG n.º 214, de 14 nov. 2016)

Na sequência, o assunto foi encaminhado aos setoriais pertinentes da Corporação, quais sejam: Diretoria de Gestão de Pessoal e Diretoria de Inativos e Pensionistas, integrantes do Departamento de Recursos Humanos, no que se identificou dúvidas quanto à efetiva operacionalização dos entendimentos ali externados.

Assim, apontou-se a existência de diversas situações não tratadas em sede do parecer da d. PGDF. A título exemplificativo, identificou-se a seguinte situação:

BM com outro BM como dependente (dependência recíproca):

Situação: Um dos cônjuges/companheiros com dependentes pais e o outro com filho comum e/ou não comum do casal.

Diante disso, o Sr. Comandante-geral formulou nova consulta perante a PGDF, nos autos do processo eletrônico SEI n.º 053-080782/2016, conforme Ofício n.º 1697/2016 – CBMDF_GABCG, lavrado na data de 22 de nov. 2016, tendo em vista o constante na Nota Técnica n.º 514/2016 –CBMDF_GABCG_ASJUR, expondo os seguintes quesitos:

Acerca da revogação das normas estatutárias do CBMDF:

P1: As normas estatutárias relativas à questão dependentes previstas no artigo 51 do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei n.º 7.479, de 2 de junho de 1986, foram revogadas pelo artigo 34 da Lei 10.486/2002, em conformidade com o Parecer n.º 705/2016 PRCON/PGDF, ou continuam em pleno vigor, em conformidade com o Parecer n.º 821/2010 PROPES/PGDF?

Sobre continuidade da exegese exposta no Parecer 821/2010 – PROPES/PGDF:

P2. A interpretação estabelecida para o artigo 34, inciso II da Lei n.º 10.486/2002, pelo Parecer 821/2010 PROPES/PGDF, relativa a inclusão dos pais no sistema de saúde do CBMDF permanece válida?

A respeito da interpretação aposta nos Pareceres n.º 705/2016 PRCON/PGDF e 1638/2010 PROPES/PGDF:

P3: Está correta a interpretação na qual, militares que possuem dependentes específicos, após a união conjugal devem ter sua remuneração readequada por presumir-se conviverem sob o mesmo teto, para apenas um dos consortes fazer jus ao auxílio moradia majorado em razão da dependência?

P4: Irá o CBMDF fazer diferenciação entre filhos em comum e filhos fora do casamento para efeito de pagamento do auxílio-moradia?

Sobre a manutenção do Parecer n.º 1638/2010 PROPES/PGDF após a regulamentação do instituto do Auxílio-Moradia pelo Distrito Federal:

P5. Uma vez que o regulamento do Governo do Distrito Federal para o auxílio moradia, Decreto Distrital n.º 35.181/2014 não previu as regras estipuladas no Parecer n.º



1.638/2010 PROPES/PGDF para o caso, as regras estipuladas pelo parecer ainda estariam válidas?

P6. Pode o Comandante-Geral desta Corporação explicitar as regras legais, regulamentares e aquelas estabelecidas pelo Parecer PGDF n.º 1.638/2010 PROPES/PGDF e no Parecer n.º 705/2016 para o auxílio moradia em instrução normativa, sem que isso seja considerado Lex Tertia?

A Diretoria de Gestão de Pessoal solicitou ainda manifestação sobre os seguintes temas:

I) A situação de bombeiros militares casados ou em união estável com membros das Forças Armadas ou com militares dos Estados ou do DF e

III) A situação de bombeiros militares casados ou em união estável com servidores públicos civis.

Pois bem, sendo imprescindível aguardar as novas diretrizes acerca do tema pela PGDF, o Comando do CBMDF deliberou, da seguinte forma, determinando em 23 dez. 2016:

[...] o sobrestamento, pelos órgãos de gestão de pessoal da Corporação (Diretoria de Gestão Pessoal e Diretoria de Inativos e Pensionistas), de todos os processos relativos à inclusão e a exclusão de dependentes, relacionados a dependência recíproca entre bombeiros militares e sua prole, até o encaminhamento de novo pronunciamento sobre a matéria pela PGDF. (BG nº 241, de 23 dez. 2016).

Ante a identificação de novos fatos que extrapolam o disposto nos pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e a existência de possível contradição em tais documentos, não restou outra providência a esta Corporação, senão o sobrestamento de inclusão/exclusão de dependentes relacionados ao tema ora analisado para, se for o caso, readequar a conduta, sem prejuízo das determinações constantes do Despacho nº 23/2016 – ASJUR/Cmt-Geral, em especial, o levantamento dos militares a serem alcançados pelo parecer nº 705/2016 – PRCON/PGDF.

A situação, portanto, reclama nova orientação da d. PGDF, não havendo viabilidade, por ora, da aplicação in totum do entendimento exarado em sede do parecer nº 705/2016 – PRCON/PGDF.

Análise de Controle Interno

A unidade em sua manifestação, embora disposta ao cumprimento das recomendações, informa que surgiram diversos questionamentos sobre a operacionalização dos ajustes no pagamento do benefício, e os encaminhou para consulta à PGDF e de forma proativa apresenta ações já implementadas e outras já em andamento para viabilizar a solução dos problemas apontados. Desta forma, mantemos a constatação apresentada.

Recomendações:

Recomendação 1: Suspender os pagamentos não amparados pelos normativos que regem o assunto, particularmente quanto ao disposto na Lei Federal 10.486/2002;



Recomendação 2: Adotar rotinas que permitam o pagamento do valor "militar COM dependente" a apenas um dos cônjuges/companheira(o) na existência de filhos em comum.

Recomendação 3: Promover a revogação da IN CBMDF nº 2/2014 ou, pelo menos, naquilo que contraria a Lei Federal nº 10.486/2002;

Recomendação 4: Apurar responsabilidades pela continuidade do pagamento desde o recebimento do Parecer nº 1.638/2010-PROPES/PGDF;

3.1.1.3 INFORMAÇÃO

Militares com imóveis próprios na base do IPTU

Fato

Dando continuidade ao processo de análise da gestão de pessoal, no que se refere ao auxílio moradia, procedeu-se a avaliação inicial dos impactos da política sob a premissa de que tais reajustes têm sido utilizados pelo GDF como instrumento de recomposição salarial.

Cumprе ressaltar que tal assunto vem sendo avaliado por esta CGU em diversas auditorias, as quais tem apontado a necessidade de realização de gestões por parte do GDF com vistas a adequação da utilização dos recursos do FCDF aos seus objetivos constitucionais previsto.

Nesse sentido, o Relatório de Auditoria nº 201406141 desta CGU, que avaliou a Política de Reajustes Salariais do CBMDF, identificou, no que se refere ao Auxílio-Moradia, que o Decreto Distrital atualizou os valores estabelecidos inicialmente na Lei nº 10.486, de 04/06/2002 (Lei de Remuneração dos Militares do Distrito Federal), conforme pode ser observado no Quadro 2, a serem pagos gradualmente, para os cargos de maior e menor hierarquia (Coronel e Soldado 2ª Classe, respectivamente):

Quadro 2 – Comparativo Remuneração Militares, Lei e Decreto Distrital

Posto de Graduação com dependentes	Valor definido na Lei nº 10.486/2002 (R\$) (A)	Valores definidos no Decreto Distrital nº 35.181/2014 (R\$)			Variação (B)/(A)
		01/09/2014	01/09/2015	01/09/2016 (B)	
Coronel	143,91	1.200,00	2.400,00	3.600,00	25,02
Soldado 2ª Classe	23,31	283,53	567,06	850,59	36,49

Fonte: Legislação relacionada: Lei nº 10.486/2002 e Decreto Distrital nº 35.181/2014.

Verifica-se que os valores do Auxílio-Moradia pagos, a partir de 01/09/2016, ao posto de Coronel e de Soldado 2ª Classe, representam, respectivamente, 25 vezes e 36,5 vezes os valores inicialmente definidos na Lei Federal.

No relatório de auditoria nº 201601567 do FCDF, que tinha parte de seu escopo a avaliação da gestão de pessoal no que tange ao cadastro e pagamento de auxílio moradia,



foi evidenciado o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei Federal nº 10.486/2002 para o auxílio-moradia, custeado com recursos do FCDF, pago a policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal. Esse assunto permanece pendente de solução.

Assim, dando continuidade aos trabalhos que vêm sendo realizados no âmbito das unidades do FCDF e com o propósito de avaliar a política de concessão de auxílio-moradia aos militares ativos e inativos das corporações militares do Distrito Federal, foi realizada consulta a base de 2016 do IPTU do Distrito Federal.

A partir dos dados extraídos foi identificada a existência de matrículas de imóveis registradas como de propriedade de 4.985 militares do CBMDF.

Não foram realizadas consultas envolvendo o conjunto do núcleo familiar, mas apenas os elementos integrantes da corporação. Estes dados levam ao questionamento sobre a atual sistemática de concessão de auxílio-moradia no âmbito das corporações militares do Distrito Federal, inclusive no que se refere à política do Governo do Distrito Federal de concessão de reajustes dos respectivos valores como forma de proceder-se à recomposição salarial das categorias, o que distorce o instituto estabelecido por norma federal.

O pagamento da denominada indenização de moradia ou auxílio-moradia a ativos e inativos teve execução de R\$ 317 milhões no exercício de 2016, sendo R\$ 120 milhões para os integrantes do CBMDF e R\$ 197 milhões para PMDF.

Importante salientar que sobre este valor, de cunho indenizatório, não incide nenhum tipo de desconto, nem mesmo imposto de renda ou contribuição para o custeio do regime próprio de previdência, apesar do valor ser pago mesmo durante a inatividade, o que gera evidente desequilíbrio financeiro e atuarial nas finanças do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.

A sistemática de concessão a todos os integrantes das corporações, tanto ativo, quanto inativos e pensionistas, independentemente de serem proprietários, posseiros ou promitente comprador de imóvel de uso residencial, política sem paralelo no serviço público federal ou distrital, precisa ser revista para adequar-se à realidade econômico-social da atualidade, principalmente para garantia da adequada sustentabilidade do FCDF.

Manifestação da Unidade

Conforme Ofício SEI-GDF n.º 1356/2017 - CBMDF/GABCG, de 31/08/2017, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) apresentou as justificativas abaixo:

“Em relação aos apontamentos realizados neste item, faz-se necessário analisar o instituto do auxílio moradia à luz da Lei nº 10.486/2002, que trata da remuneração dos militares do Distrito Federal.

De acordo com o art. 1º da mencionada lei, a remuneração dos militares do DF é composta por soldo, adicionais (de Posto ou Graduação, de Certificação Profissional, de Operações Militares, de Tempo de Serviço) e gratificações (de Representação, de função de Natureza Especial, de Serviço Voluntário).



Além da remuneração, os militares do DF também apresentam os seguintes direitos pecuniários: diária, transporte, ajuda de custo, auxílio-fardamento, auxílio-alimentação, auxílio moradia, auxílio-natalidade, auxílio-invalidez, auxílio-funeral e, observada a legislação específica, a assistência pré-escolar, salário-família, adicional de férias e adicional natalino.

Em conformidade com o disposto no inciso XIV, do art. 3º, da Lei nº 10.486/2002, o auxílio-moradia constitui: “direito pecuniário mensal devido ao militar, na ativa e na inatividade, para auxiliar nas despesas com habitação para si e seus dependentes, conforme a Tabela III do Anexo IV, regulamentado pelo Governo do Distrito Federal”.

Impende salientar que o próprio legislador não apresentou requisitos específicos para a percepção desse direito, trazendo como única peculiaridade o fato de o militar possuir dependentes ou não, o que afetará no valor a ser pago, a título do auxílio, ora em comento.

Ademais, vale notar que não há imóveis funcionais à disposição dos militares do Distrito Federal.

De acordo com o estabelecido na Lei nº 10.486/2002, a finalidade do auxílio-moradia é contribuir com as despesas de habitação do militar e seus dependentes, verba que possivelmente não servirá para o acréscimo patrimonial do militar, revelando seu caráter indenizatório.

Observa-se, assim, que a verba em destaque, destina-se a indenizar as despesas ordinárias com a habitação do militar, não auxiliar à aquisição de imóveis.

Diferente é o regramento impingido aos servidores públicos civis da União. Regramento, esse, levado à efeito por meio da Lei 8.112/90, onde em seus arts. de 60-A à 60-E define e baliza regras para o recebimento do auxílio moradia. Vejamos:

Art. 60-A. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa pelo servidor. (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

I - Não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor; (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

II - O cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional; (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

III - o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município aonde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação; (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

IV - Nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia; (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)

V - O servidor tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalentes; (Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)



VI - O Município no qual assuma o cargo em comissão ou função de confiança não se enquadre nas hipóteses do art. 58, § 3º, em relação ao local de residência ou domicílio do servidor; *(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)*

VII - o servidor não tenha sido domiciliado ou tenha residido no Município, nos últimos doze meses, aonde for exercer o cargo em comissão ou função de confiança, desconsiderando-se prazo inferior a sessenta dias dentro desse período; e *(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)*

VIII - o deslocamento não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo. *(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)*

IX - O deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006. *(Incluído pela Lei nº 11.490, de 2007)*

Parágrafo único. Para fins do inciso VII, não será considerado o prazo no qual o servidor estava ocupando outro cargo em comissão relacionado no inciso V. *(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)*

Art. 60-C. *(Revogado pela Lei nº 12.998, de 2014)*

Art. 60-D. O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado. *(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*

§ 1º O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado. *(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*

§ 2º Independentemente do valor do cargo em comissão ou função comissionada, fica garantido a todos os que preencherem os requisitos o ressarcimento até o valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). *(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês. *(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)*

O mesmo legislador que em 1990 editou a Lei 8.112, também editou a Lei 10.486 em 2002. Observe que este mesmo legislador tratou de forma diferente os servidores militares do Distrito Federal. No corpo da lei destinada aos servidores militares, não existem limitações ao pagamento, não existem regramentos, sua definição é diferente. O legislador foi silente quanto a estes aspectos.

Este silêncio é eloqüente.

Não se pode, jamais, impingir um regime jurídico igual a servidores tão diferentes.

Forte na premissa de aplicação do princípio da legalidade estrita, entende-se não ser possível ampliar ou mutilar o sentido do texto legal para se inferir possível irregularidade.

Por meio do Decreto Distrital nº 35.181/2014, o Governador do Distrito Federal regulamentou o auxílio-moradia destinado aos policiais militares e aos bombeiros militares do Distrito Federal.

Referida norma foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade no TJDF, quando o Conselho Especial do TJDF reforçou a finalidade do auxílio-moradia, vejamos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO 23.390, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002 - DECRETO 24.198, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2003 - DECRETOS 35.181 E 35.182, AMBOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014. AUXÍLIOS MORADIA E ALIMENTAÇÃO PARA OS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL.



INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - PRELIMINARES AFASTADAS. AUSÊNCIA DE RELEVANTE FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DE PERIGO QUANTO À DEMORA - MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA.

Se os atos impugnados possuem um coeficiente mínimo de abstração, generalidade e impessoalidade, autorizado está o manejo da ação direta de inconstitucionalidade (precedentes STF).

Demonstrado que a causa de pedir repousa, inclusive, na alegação de que os decretos hostilizados desbordaram dos limites traçados nas normas legais que pretenderam regulamentar, e afrontaram o art. 14 da LODF, não se vislumbra estorvo ao conhecimento da ADI, quer no enfoque atinente à impossibilidade de fiscalização abstrata de decretos regulamentadores, quer no tocante ao argumento de que se cuida de inconstitucionalidade reflexa.

As normas que regulamentaram o auxílio-alimentação estão em vigor há mais de dez anos e, nos termos do art. 3º, XIV da Lei 10.486/2002, o auxílio-moradia tem a finalidade de complementar as despesas com habitação para os militares e seus dependentes. Assim, prima facie, o Governador do Distrito Federal apenas atualizou o poder aquisitivo das verbas devidas aos militares do Distrito Federal nos termos da lei federal mencionada.

Ausentes a relevância jurídica e o perigo quanto à demora na tramitação da ADI, nega-se a liminar pleiteada.

(Acórdão n.810415, 20140020069903ADI, Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA CONSELHO ESPECIAL, Data de Julgamento: 22/07/2014, Publicado no DJE: 19/08/2014. Pág.: 48 – grifo nosso)

Desse modo, como a norma não autoriza a vinculação do pagamento do auxílio-moradia à aquisição de imóveis, tampouco há viabilidade de tal interpretação, tendo em vista a clareza do texto legal e a interpretação pelo TJDF, reafirma-se que esta Corporação tem pago a aludida verba indenizatória nos estritos limites legais e balizados pelo Poder Judiciário distrital.

Análise do Controle Interno

A unidade manifestou-se sobre a informação no sentido de estar realizando o pagamento da verba indenizatória nos estritos limites legais. Entretanto, convém salientar que a informação não está questionando a legalidade do pagamento, visto sua previsão na Lei 10.486/2002, em que pese já ter sido questionado por esta CGU o custeio, com utilização de recursos federais, do valor majorado por decreto do Governado do DF.

O que está sendo colocado é um questionamento sobre a sustentabilidade da política de reajustes salariais balizada em atualizações dos valores de auxílio moradia, com latente insegurança jurídica, e ainda como apontado no relatório de auditoria 201601567 do FCDF, com descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei Federal nº 10.486/2002 para o auxílio-moradia.





Certificado de Auditoria Anual de Contas

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 2017000369

Unidade Auditada: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF

Ministério Supervisor: MINISTERIO DA FAZENDA - MF

Município (UF): BRASÍLIA (DF)

Exercício: 2016

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01/2016 e 31/12/2016 pelos responsáveis das áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Foi registrada a seguinte constatação relevante para a qual, considerando as análises realizadas, não foi identificado nexo de causalidade com atos de gestão de agentes do Rol de Responsáveis:

- Pagamento indevido de valores de auxílio-moradia a beneficiários cônjuges ou companheiros.

4. Neste caso, conforme consta no Relatório de Auditoria, foram recomendadas medidas saneadoras.

5. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis seja pela **REGULARIDADE**.

6. Ressalta-se que dentre os responsáveis certificados por Regularidade há agentes cuja gestão não foi analisada e, portanto, não estão abrangidos no escopo da auditoria de contas, definido conforme art. 14, § 2º, da Decisão Normativa TCU nº 156/2016.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2017.

O presente certificado encontra-se amparado no relatório de auditoria, e a opção pela certificação foi decidida pelo:

Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária

Dinheiro público é da sua conta



www.portaldatransparencia.gov.br

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer: 201700369

Unidade Auditada: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL/FCDF

Ministério Supervisor: MINISTERIO DA FAZENDA - MF

Município/UF: BRASÍLIA (DF)

Exercício: 2016

Autoridade Supervisora: HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Tendo em vista os aspectos observados na prestação de contas anual do exercício de 2016 do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CBMDF), expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

Entre os avanços da gestão do CBMDF, destaca-se o aprimoramento dos indicadores de desempenho da Unidade realizado durante o exercício de 2016 que culminou com a publicação, em 2017, de portaria reformulando e criando indicadores voltados ao melhor acompanhamento e avaliação da gestão da Unidade.

No decorrer dos trabalhos de auditoria, constatou-se pagamento indevido de valores de auxílio-moradia a beneficiários cônjuges ou companheiros, ausência de indenização em casos de demissão a pedido antes do prazo mínimo de permanência para Oficiais e ausência de regulamentação para o licenciamento a pedido de Praças, bem como intempestividade no desfazimento de veículos considerados antieconômicos ou inservíveis.

Dentre as causas das constatações identificadas, podemos citar: i) interpretação indevida, por extrapolação, dada pela IN CBMDF nº 2, de 12/09/2014, quando estabeleceu a regra de interdependência entre cônjuges/companheiros na concessão de benefícios aos militares

Dinheiro público é da sua conta



www.portaldatransparencia.gov.br

do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, ampliando o disposto na Lei Federal nº 10.486/2002 no que tange à concessão do Auxílio-Moradia; ii) ausência de rotina de cobrança de valores a serem ressarcidos por Oficiais em caso de desligamento antes do prazo de carência; e iii) desconhecimento dos procedimentos atinentes ao desfazimento de bens: iv) documentação desatualizada das viaturas e intempestividade na liquidação de multas de trânsito.

Quanto às recomendações registradas no Plano de Providência Permanente, verificou-se que a Unidade mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações, sendo que foram atendidas 24 recomendações e 10 encontram-se em fase de atendimento.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei nº 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/Nº 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, pela **REGULARIDADE**. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei nº 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do referido sistema.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2017.

Diretor de Auditoria de Políticas Econômica e de Produção

